



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Informação nº 037/2017 – SEACOMP

Brasília (DF), 16 de março de 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	
Processo nº: 6201/17	Espécie de recurso: Recurso de Reconsideração
Jurisdicionada: Banco de Brasília S/A. Recorrentes: Datalink Ltda. Procuração: Sim	Deliberação recorrida: Decisão nº 933/2017 Itens recorridos: II Conclusão: Pelo conhecimento como Pedido de Reexame sem efeito suspensivo.

2. EXAME PRELIMINAR	S / N / N/A
2.1 PRECLUSÃO CONSUMATIVA: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela primeira vez?	SIM
2.2. TEMPESTIVIDADE: 2.2.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica (art. 47 c/c 33 e 34) e no Regimento do TCDF (art. 286)? Data da ciência: 15/03/17 (e-doc nº 61343AD0). Data da apresentação do recurso: 16/03/17(e-doc nº F31AEC4C).	SIM
2.2.2. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos (art. 33, parágrafo único, da LO/TCDF)?	NÃO SE APLICA
2.3. LEGITIMIDADE: 2.3.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso (art. 47 c/c art. 33 da LO/TCDF e art. 286 do RI/TCDF)?	SIM
2.3.2. A assinatura foi aposta pelo recorrente ou por procurador que não esteja impedido legalmente de interpor o recurso? (art. 30 da Lei 8906/94 – Est. do advogado)	SIM
2.4. INTERESSE: Houve sucumbência das partes?	SIM
2.5. ADEQUAÇÃO: 2.5.1. O recurso indicado pelos recorrentes é o adequado para impugnar a decisão recorrida (art. 47 da LO/TCDF)? Foi protocolizado como Recurso de Reconsideração, incabível à espécie, conforme art. 285 do Regimento Interno do TCDF (somente contra decisões em tomadas ou prestação de contas).	NÃO
2.5.2. A decisão recorrida tem conteúdo diferente daqueles do rol do art. 280 do RI/TCDF (conversão/instauração TCE, audiência, diligência ou inspeção)? ¹ A decisão contém diligência, mas o item recorrido trata de negativa de cautelar.	SIM

¹ Se o interessado se insurgir contra a decisão, nos casos previstos no § 4º do art. 280 do RI/TCDF, a documentação encaminhada será aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO

2.5.3. Pode-se utilizar o princípio da fungibilidade recursal para acatá-lo (Decisões 1314/12 e 5564/11)? A Corte tem decidido, em situações semelhantes, pelo conhecimento como Pedido de Reexame, sem efeito suspensivo (Decisões nºs. 3655/2016 e 657/2017).	SIM
2.5.4. Trata-se de recurso contra DECISÃO LIMINAR?	NÃO
2.5.4.1. O inciso V do art. 1012 do Código de Processo Civil (art. 520, IV do CPC/73) pode ser aplicado ao caso (pedido de reexame sem efeito suspensivo)?	SIM
2.6. EFEITO: 2.6.1. O efeito suspensivo pode ser concedido aos itens recorridos, na forma do art. 47 c/c art. 34 da LO/TCDF?	NÃO SE APLICA
2.6.2. O recurso agrava a situação de outro interessado ou instala conflito de interesses (art. 283 do RI/TCDF)?	NÃO SE APLICA
3. CONCLUSÃO DESCRITIVA: Em virtude da jurisprudência da Corte em situações semelhantes (Decisões nºs. 3655/2016 e 657/2017), sugere-se o conhecimento do recurso de reconsideração como pedido de reexame, sem efeito suspensivo.	
4. SUGESTÕES DA INFORMAÇÃO PRELIMINAR: 4.1. Encaminhamento dos autos ao (à) Senhor(a) Relator(a), conforme disposto no art. 279 do RI/TCDF, para que: I. conheça do recurso interposto pela empresa Datalink Ltda. (e-doc nº F31AEC4C) como Pedido de Reexame, com base no princípio da fungibilidade recursal, contra o item II da Decisão nº 933/2017, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 01/1994, c/c os art. 278, inciso II, e 286 do Regimento Interno do TCDF, desprovido de efeito suspensivo, sob pena de rediscutir medida cautelar afastada pela Corte de Contas, cujos pressupostos para concessão de liminar permanecem ausentes, uma vez que os argumentos que fundamentaram a deliberação plenária recorrida restam inalterados; II. autorize: a) nos termos do § 2º do art. 4º da Resolução TCDF nº 183/2007, a comunicação do que vier a ser deliberado ao recorrente; b) o retorno dos autos a esta Secretaria para os devidos fins.	
<p style="text-align: center;">ORIVAM IBIAPINA DA SILVA Auditor de Controle Externo</p>	